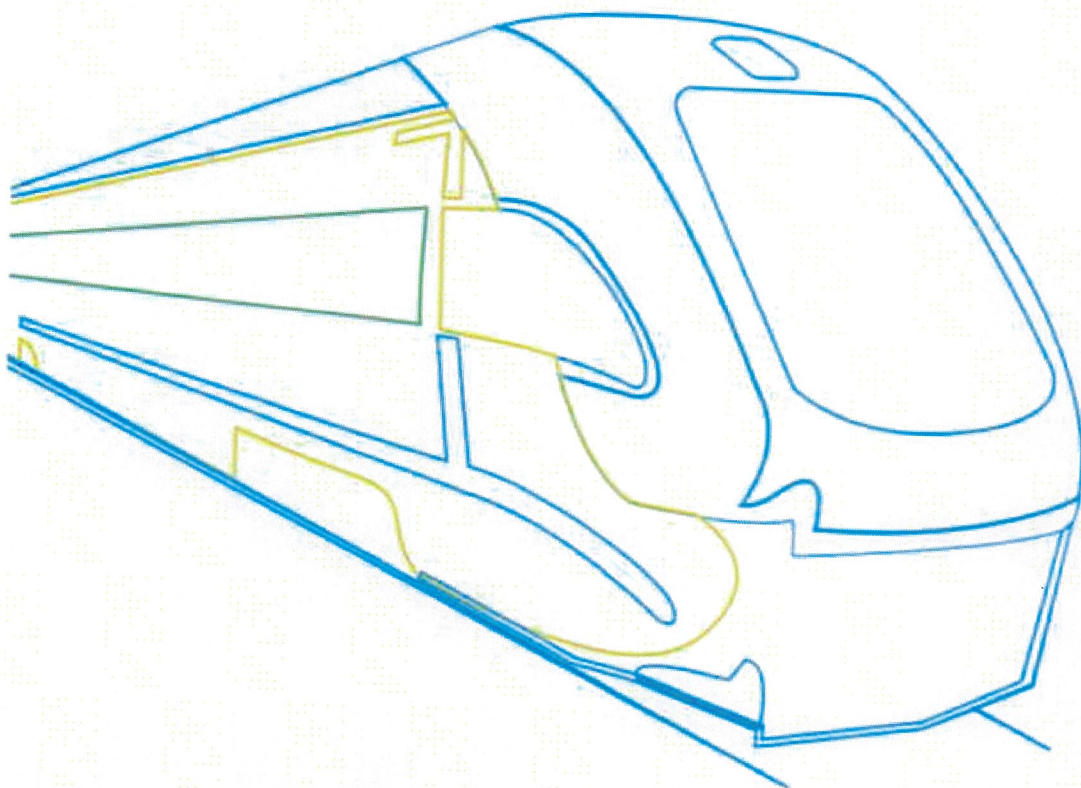


CONTRATO Nº 024/2024/P

**CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS**

&

MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES



- CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: - ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: - CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: - PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: - PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: - DISPOSIÇÃO GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA: - FORO



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro **MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço Setor Bancário Norte – SBN – Quadra 1, Bloco B, Lote 14, Prédio da CNC – 9º ao 13º andar, Asa Norte, CEP: 70.041-902, Brasília/DF., nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora de Administração e Finanças **ADRIANA FONSECA LINS**, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e a empresa **MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 04.941.624/0001-64 situada na Avenida Padre Cacique, 320 – 3º andar, Bloco B, Bairro Praia de Belas - Porto Alegre – RS, CEP 90810-240, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Giancarlo Giacomini Germany, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida por SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da **Inexigibilidade de Licitação nº 15/2024/CEDIC/GALIC/P**, Processo Administrativo **PROT nº 5351/2024**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a elaboração de pareceres e relatórios analíticos sobre a gestão do Plano de benefícios patrocinado pela CBTU conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I, o qual constitui parte integrante deste instrumento.
- 1.2. A **CONTRATADA** examinou completamente e cuidadosamente a forma, o prazo e as condições exigidas pela **CONTRATANTE** para execução dos Serviços objeto deste Contrato, declarando estar devidamente capacitada e habilitada a realizá-los, executando-os com a qualidade técnica aplicável.
- 1.3. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentes de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.
- 2.2. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes.
- 2.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.
- 2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá da forma descrita no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.
- 2.6. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.
- 2.7. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:
- 2.7.1. Código de Ética:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.7.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.7.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 30 meses contados a partir da data de sua assinatura.

3.1.1. A Ordem de Execução - OEX será emitida em até 30 dias corridos após a data de assinatura do contrato.

3.1.2. A cada exercício financeiro, a gestão do contrato deverá comprovar a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a **CBTU**;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para **CBTU** quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;

3.2.4. A **CONTRATADA** concorde expressamente com a prorrogação; e

3.2.5. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da **CBTU**.

3.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso de a prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a **CBTU**.



3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

4.2. Será emitida uma Ordem de Execução para cada exercício fiscal.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

4.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

4.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)**, conforme proposta da contratada Anexo II, que será pago de acordo com os serviços executados, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro.

5.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu



objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

5.3. Os pagamentos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia da apresentação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados em meio físico no protocolo da **CBTU**, situado na **sede no endereço Setor Bancário Norte – SBN – Quadra 1, Bloco B, Lote 14, Prédio da CNC – 9º andar (PROTOCOLO), Asa Norte, CEP: 70.041-902, Brasília/DF**, desde que haja certificação pela gestão/fiscalização do contrato, observadas as demais condições previstas neste contrato.

6.1.1. Em meio digital no endereço eletrônico fornecido pela gestão e fiscalização do contrato.

6.2. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.2.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.2.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

6.3. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.4. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.



6.4.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.5. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela **CBTU**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2024**, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 15.122.0032.2000.0001

7.1.2. Elemento de Despesa: 339035

7.1.3. Plano Interno: A1DEGV04

7.1.4. Categoria Econômica: SERVIÇOS DE CONSULTORIA

7.1.5. Nota de Empenho: NE 2516, data 11.11.2024

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.



8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA – índice de Preços ao Consumidor Ampliado, divulgado pelo IBGE, com base na fórmula estipulado pelo art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994 exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. Nos casos em que a entrega do objeto contratado esteja prevista em cronograma, havendo atraso ou antecipação na entrega do objeto que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

8.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

8.3.1.1. aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

8.3.1.2. diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

8.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data efetivo cumprimento da obrigação.

8.3.1.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou por qualquer outro motivo não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o índice que venha a ser determinado pela legislação em vigor, ou na ausência desta, por acordo entre as partes, novo índice oficial, publicado por instituição idônea, que melhor reflita a inflação ocorrida no período.

8.4. Na hipótese de atraso por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO



9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

9.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

9.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.



- 9.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.
- 9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.
- 9.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.
- 9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).
- 9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.
- 9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos Termos de Referência e das cláusulas contratuais.
- 9.12. Será considerada extinta a garantia:
- 9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;
- 9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.
- 9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 10.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 9.13.1. Caso fortuito ou força maior;



9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

9.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 10.13 desta Cláusula.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.6. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.7. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.



10.1.8. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.9. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a **CBTU**, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

10.1.10. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.1.11. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.1.12. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.13. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.14. Apresentar notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os produtos utilizados mensalmente, acompanhada de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos, dentre outros.

10.1.15. Substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação pela gestão e/ou pela fiscalização do contrato, os equipamentos quando apresentarem defeitos ou rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, devendo submeter os novos equipamentos à avaliação formal da **CBTU**.

10.1.16. Apresentar, quando solicitado, as notas fiscais dos materiais utilizados na execução dos serviços, discriminando marca, quantidade unitária e total (volume, peso, dentre outros);



10.1.17. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

10.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

10.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresse consentimento da **CBTU**.

10.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**, conforme previsto nos itens 2.6 e 2.7, da Cláusula Segunda deste Contrato.

10.4. A **CONTRATADA** deverá ainda:

10.4.1 Identificar os profissionais que participarem da execução dos serviços.

10.4.2 Fornecer todos os materiais e serviços próprios à execução dos trabalhos, competindo-lhe, ainda, o fornecimento das demais utilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto contratual.

10.4.3 Encaminhar à **CONTRATANTE**, em até 02 (dois) dias antes do início dos serviços presenciais, a relação de profissionais, com o número de seus documentos (R.G.), assim como horários e períodos, para que seja analisada e providenciada a autorização de acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

10.4.4 Designar, no mínimo, um Gerente de Projeto (Coordenador geral de atividades afetas ao licitante, coordenação de sua equipe técnica e de interlocução junto a CBTU) e um Líder de Campo (Consultor Sênior), responsável pela coordenação dos trabalhos do futuro contrato que se responsabilizarão integralmente pelos serviços prestados.

10.4.5 Apresentar à gestão do contrato, dentro dos prazos definidos, todos os relatórios eventualmente previstos neste Termo de Referência.

10.4.6 Reunir-se sempre que convocado, com os responsáveis pela fiscalização do futuro contrato, para tratar de assuntos pertinentes a esta contratação.

10.4.7 Prestar os devidos esclarecimentos que forem solicitados pela gestão do contrato.

10.4.8 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou revisão dos trabalhos, alinhadas pela gestão quanto à execução do objeto deste Termo de Referência.



10.4.9 O compromisso de confidencialidade sobre as informações decorrentes da prestação dos serviços relacionados ao futuro objeto contratual é permanente, e se manterá durante o período de vigência do futuro instrumento contratual, e após o término do mesmo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.7. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no Termo de Referência, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

11.1.8. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.1.10. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.



11.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações



suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

14.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução dos serviços e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, Termo de Referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

15.1.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou comissão especialmente designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este que será de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

15.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

15.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

15.3. O objeto não será recebido se executado em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.



15.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Nos termos do item 8.8 do Termo de Referência, **não será admitida a subcontratação total ou parcial** do objeto.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.3 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.



18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

20.3. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.4. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

21.1.1 A **inexecução total ou parcial** deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.2. O **atraso na execução deste contrato** sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82 e 83, da Lei nº 13.303/2016.



21.2.1. **Multa**, nos percentuais e condições indicados abaixo:

a) 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada à incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da **CBTU**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

b) 10% (dez por cento) a incidir sobre a parcela inadimplente do serviço, em caso de atraso superior em 50% (cinquenta por cento) do prazo inicial de execução, sem prejuízo da aplicação do subitem anterior.

c) 5% (cinco por cento) do valor do objeto licitado:

i. Em caso de recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual.

21.2.2 A sanção prevista na alínea “c” do subitem 21.2.1, será passível de indenização caso haja prejuízos maiores pelo descumprimento contratual conforme artigo 416 da Lei 10.406/2002 (Código Civil).

21.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme Art. 245 e 246 do RILC/CBTU.

21.2.4. As sanções previstas nos subitens 21.2.1 e 21.2.3, poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.

21.2.5. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual e será executada após regular processo administrativo, conforme disposto nos parágrafos § 1º ao § 3º do Art. 244 do RILC.

21.2.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução, se dia de expediente normal na **CBTU**, ou, caso contrário, no primeiro dia útil seguinte.

21.2.7. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

a) o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

b) a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

21.2.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o presente contrato deverá ser rescindido, exceto se houver interesse justificado da **CBTU** em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias.

21.2.9. A **CONTRATADA** que realize a sua fusão, cisão ou incorporação, e em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização da **CBTU**, formalizada por termo aditivo



ao contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato, sofrerá a rescisão e a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CBTU**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

21.2.10. A instauração e instrução de processo administrativo sancionador devem atender aos requisitos descritos nos art. 246 a 251-A do RILC/CBTU.

21.2.11. Em conformidade com o disposto no art. 246 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CBTU**, estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CBTU** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados ou licitações realizadas, enquadre-se em um dos incisos do referido artigo.

21.2.12. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração, observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

21.2.13. A **CONTRATADA** estará sujeita às demais sanções administrativas previstas em lei e/ou estipuladas no contrato, decorrentes de suas condutas comissivas ou omissivas, prejudiciais à **CBTU**, adotadas durante a execução do presente contrato.

21.2.14 Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de recusa injustificada da **CONTRATADA** em apresentar a garantia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do Contrato, e/ou recompor o valor da garantia no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente notificada.

21.2.14.1 A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.2.14.2 Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

a) Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

b) Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;



c) Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela **CBTU**, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

d) Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.3. Advertência;

a) Descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para a **CBTU**.

b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos aos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária.

21.3.1 A sanção denominada “advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, sendo cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração; caso não se verifique a adequação da conduta por parte da **CONTRATADA**, após aplicação da advertência, deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

21.4 Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

22.2.1.1. Na hipótese de serviços continuados de caráter essencial, o prazo a que alude o subitem acima não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;



22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

22.2.4. Quebra de sigilo, sem prejuízo das perdas e danos cabíveis, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil, bem como das implicações penais, resultante do ajuizamento de ações cabíveis nesta esfera.

22.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU;**

24.1.1.1. Endereço sede no endereço Setor Bancário Norte – SBN – Quadra 1, Bloco B, Lote 14, Prédio da CNC – 9º ao 13º andar, Asa Norte, CEP: 70.041-902, Brasília/DF;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: gagov@cbtu.gov.br

24.1.1.3. Telefone: (061) 2107-8380

24.1.2. **Mirador Assessoria Atuarial Ltda.**

24.1.2.1. Fabrício Krapf Costa – Diretor de Serviços Atuariais

24.1.2.2. fabrizio@mirador360.com.br

24.1.2.2. Telefone: (51) 3228-6991



25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS

- 25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:
- 25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;
 - 25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 29/05/2024; e
 - 25.1.3. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

- 26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 27.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.
- 27.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: PROTEÇÃO DE DADOS

- 28.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).
- 28.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- 28.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.



- 28.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.
- 28.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CBTU, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.
- 28.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.
- 28.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.
- 29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.
- 29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu



representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO

30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

30.2 As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 04 de dezembro de 2024

P/ CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:

JOSE
MARQUES DE
LIMA

Assinado digitalmente por JOSE MARQUES DE LIMA
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=EM BRANCO, OU=15594782000190, OU=Presencial, CN=JOSE MARQUES DE LIMA
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.12.03 16:10:53-03'00'
Font: PDF Reader Versão: 2024.3.0

José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -

ADRIANA
FONSECA
LINS:

Assinado digitalmente por ADRIANA FONSECA LINS
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=3368111000107, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ASSESSORIA, OU=RFB e-CPF A3, CN=ADRIANA FONSECA LINS
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.12.03 15:55:36-03'00'
Font: PDF Reader Versão: 2024.2.2

Adriana Fonseca Lins
- Diretora de Administração e Finanças -

P/ CONTRATADA: MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA.

GIANCARLO GIACOMINI
GERMANY:

Assinado de forma digital por GIANCARLO GIACOMINI
GERMANY:
Dados: 2024.11.26 11:28:32 -03'00'

Giancarlo Giacomini Germany
- Representante legal -


Testemunhas:

ANTONIEL
A PATRICIA
MARQUES:

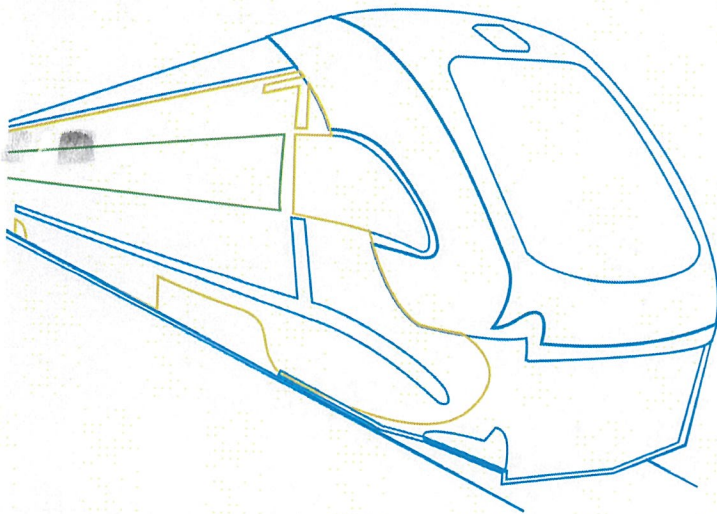
Assinado digitalmente por ANTONIEL A PATRICIA MARQUES
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=EM BRANCO, OU=1937265000197, OU=videoconferencia, CN=ANTONIEL A PATRICIA MARQUES
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Brasília
Data: 2024.12.03 16:16:19-03'00'
Font: Reader Versão: 10.1.1

1 -
CPF:

2 -
CPF:

Documento assinado digitalmente
 CARLOS OLDEMAR DE JESUS
Data: 04/12/2024 19:59:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA SINGULARIDADE DO OBJETO

1.1. Assessoramento atuarial, econômico e contábil-financeiro aos órgãos estatutários e demais autoridades administrativas da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU no processo de **transferência de gestão** do plano de benefícios, oferecido aos empregados da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, para outra entidade fechada de previdência complementar (EFPC) – BB PREVIDÊNCIA.

1.2. Serviços de consultoria atuarial do plano de previdência complementar, oferecido aos empregados da CBTU e administrado por entidade fechada de Previdência complementar (EFPC), para **atender às disposições previstas pela Resolução CGPAR n. 38, de 04/08/2022**; pela Portaria SEST/SEDDM/ ME n.11.222, de 29/12/2022; pela Resolução CGPAR n. 37, de 04/08/2022 e por eventuais alterações na legislação vigente.

1.3. O Plano de Previdência Complementar patrocinado pela CBTU é estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV) na qual os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD) envolvendo demandas específicas, com particularidades atreladas ao plano objeto da transferência (cotas, acordo judicial de pagamento da dívida da CBTU x REFER,).

1.4. Trata-se de serviço com características predominantemente intelectuais (consultoria previdenciária que abarque aspectos atuariais, contábeis, financeiros e jurídicos do Plano CV e BD patrocinado pela CBTU) que demandam experiência e qualificação técnica específicas.

1.5. Contratação de uma consultoria conceituada no campo de sua especialidade, cujo desempenho seja comprovado com atestados e equipe técnica experiente que atenda as exigências de habilitação, qualificação técnica e prazos descritos no TR.

2. RESPONSÁVEIS

2.1. A contratação do objeto pretendido decorre de solicitação pela Diretoria Executiva da CBTU, sendo conduzida da seguinte forma:

2.1.1. Área Demandante: Diretoria Executiva – DE;

2.1.2. Área Responsável: Gerência Geral de Governança – GAGOV e Gerência Geral de Recursos Humanos;

2.1.3. Diretoria Responsável: Presidência e Diretoria de Administração e Finanças – DA.

2.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pela Diretoria de Administração e Finanças, mediante designação do(a) diretor(a) de administração e finanças, sem prejuízo da designação de fiscais setoriais para auxiliar nos trabalhos, observando-se as regras previstas pelo art. 229 do RILC/CBTU.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A pretensa contratação se justifica tanto pela necessidade de se cumprir o disposto pela resolução CGPAR n. 38/2022, que exige a elaboração do relatório anual de gestão do patrocínio (RAGP), como pela necessidade de se assessorar a Diretoria Executiva (DE) da CBTU, sob perspectivas atuarial, econômica, contábil e financeira, no processo de transferência de gerenciamento de plano de benefícios, oferecido aos empregados da CBTU, da EFPC Fundação Rede Ferroviária (REFER) para a EFPC Banco do Brasil – BB PREVIDÊNCIA, conforme exposto nas seções 3.3 e 34.

3.2. Cumprimento às resoluções CGPAR n.38/2022 e n.37/2022:

3.2.1. A CBTU –Companhia Brasileira de Trens Urbanos, empresa pública federal, é patrocinadora do Plano de Previdência Complementar Fechado, estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV) na qual os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

3.2.2. Em decorrência de sua natureza, a CBTU, como todas as outras empresas estatais federais, tem por atribuição supervisionar e fiscalizar as atividades das entidades de previdência complementar que patrocina, conforme preceitua a Resolução CGPAR n. 38/2022, Portaria SEST/SEDDM/ ME n.11.222/2022 e a Resolução CGPAR n. 37/2022.

3.2.3. A Resolução CGPAR n. 38/2022 estabelece que o desempenho das atividades de supervisão da patrocinadora compreende o monitoramento de aspectos da gestão da entidade fechada de previdência complementar que possam afetar o equilíbrio do(s) plano(s) de benefício(s) por ela administrado. Essa supervisão se materializa pela elaboração de relatórios anuais de gestão do patrocínio (RAGP), os quais devem conter, no mínimo, análise sobre:

- I. a aderência dos cálculos atuariais;
- II. a gestão dos investimentos;
- III. a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos;
- IV. os gastos da empresa com plano de previdência, discriminando o valor médio dos benefícios concedidos e o gasto médio da patrocinadora por participante ativo e por assistido;
- V. a gestão das despesas administrativas a fim de avaliar a economicidade de manutenção do patrocínio do plano de benefícios na entidade fechada de previdência complementar que o administra;
- VI. a situação dos planos de equacionamento de déficit em curso, se houver, destacando os valores pagos pela empresa no período, o valor a integralizar e o prazo remanescente;
- VII. a situação da utilização da reserva especial em curso, se houver, destacando os valores alocados em reserva especial e o prazo remanescente da sua destinação;
- VIII. o gerenciamento dos riscos;
- IX. a efetividade dos controles internos; e
- X. o plano de ação de que trata o inciso I do art. 3º (CGPAR n. 38/2022).

3.2.4. É recomendável que o RAGP seja elaborado pela própria empresa patrocinadora (a diretoria executiva de cada empresa estatal), todavia admite-se a contratação de serviço especializado de terceiros para fins de assessoramento externo.¹

3.2.5. Atualmente, além do quantitativo reduzido de empregados, a **CBTU** não possui uma área/setor, tampouco empregados, com experiência ou formação específica em previdência

complementar. Entretanto, os administradores da Companhia precisam ser subsidiados tecnicamente por profissionais com formação específica e expertise aptos a auxiliar no monitoramento da gestão da entidade fechada que administra o Plano para a análise de processos administrativos ou judiciais que envolvam na matéria previdenciária conhecimentos atuariais, contábeis e/ou financeiro. Por tais motivos, a presente contratação é de caráter imprescindível.

3.3. Processo de transferência de gestão do plano

3.3.1. O referido Plano atualmente é administrado pela **Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER**, mas encontra-se em processo de transferência de gestão para o fundo de pensão **Banco do Brasil – BB PREVIDÊNCIA**.

3.3.2. Para subsidiar a execução da transferência da gestão do plano de previdência da CBTU da REFER para a BB PREVIDÊNCIA, se faz necessária a contratação de uma consultoria (atuaria, econômica, financeira e contábil) para subsidiar o gerenciamento do processo de transferência, bem como para apresentar pareceres e relatórios que venham a ser solicitados pelos órgãos fiscalizadores. Ademais, como dito no subitem anterior, a Companhia atualmente apresenta um quadro de pessoal enxuto e sem expertise na matéria de previdência complementar.

3.3.3. Ressalta-se que a CBTU dispõe de prazo exíguo para a conclusão do processo de transferência, fato que se incompatibiliza com o tempo necessário à especialização dos empregados do quadro próprio e afirma a necessidade da contratação de empresa de consultoria técnica especializada.

3.3.4. Torna-se imprescindível, porquanto, garantir aos administradores da empresa o auxílio técnico especializado, mediante contratação, no acompanhamento do processo de transferência do plano para a BB PREVIDÊNCIA. A preocupação da Diretoria Executiva com o tema se reflete, inclusive, nas diversas discussões do tema em reuniões, em especial em suas reuniões ordinárias sob nº 695ª, 696ª e 697ª.

3.3.5. Considerando a natureza do objeto pretendido – consultoria técnica especializada em previdência complementar - a definição do procedimento licitatório competirá à Gerência Geral de Licitação – GALIC, nos termos do art. 86 e seguintes do RILC-CBTU.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto da contratação pretendida consiste na elaboração de pareceres e relatórios analíticos sobre a gestão do Plano de benefícios patrocinado pela **CBTU** contemplando-se, no mínimo, o que detalha neste termo de referência, abrangendo inclusive:

I. Aspectos gerenciais e/ou operacionais que possam afetar o equilíbrio técnico do Plano de benefício administrado pela entidade fechada de previdência complementar.

II. Orientação e assessoramento técnico aos gestores da patrocinadora na transferência do gerenciamento do plano e na revisão do regulamento do plano de benefícios da **CBTU**.

III. Parecer técnico para subsidiar a patrocinadora na elaboração e envio do relatório de gestão do patrocínio.

IV. Manifestação técnica-atuarial a respeito das Demonstrações Atuariais fornecidas e encaminhadas à **PREVIC – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR** pela entidade.

- V. Análise dos relatórios elaborados e fornecidos pela entidade para cumprimento da legislação vigente.
- VI. Manifestação técnica a respeito da metodologia utilizada no cálculo atuarial, custeio, consistência do cadastro e aderência das hipóteses demográficas, biométricas, econômicas e financeiras da entidade.
- VII. Análise sobre o processo de concessão de benefícios relativos ao Plano.
- VIII. Análise da viabilidade atuarial de sustentabilidade econômico-financeira do Plano
- IX. Análise da solvência, maturidade do Plano, saída de recursos para pagamento de benefícios e constituição de provisões técnicas, equilíbrio técnico e rentabilidade das aplicações.
- X. Examinar as despesas administrativas emitindo opinião a sua adequação às características do Plano e às boas práticas de mercado, no que tange ao seu dimensionamento e seu efeito no Plano de benefícios.
- XI. Manifestar-se sobre procedimentos e controles vinculados à gestão administrativa e financeira da entidade, estrutura de governança e à efetividade dos controles internos, vinculados ao objeto do contrato.
- XII. Análise acerca da aderência das aplicações financeiras à política de Investimentos da entidade.
- XIII. Avaliar os critérios, hipóteses e metodologias aplicadas para o cálculo ou recálculo dos valores dos benefícios concedidos.
- XIV. Análise sobre a gestão dos riscos atuariais do Plano, constantes das avaliações atuariais.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Para verificação da habilitação jurídica e regularidade fiscal é exigida:
- 5.1.1. Prova de Regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal na forma da lei (Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União).
- 5.1.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).
- 5.1.3. Consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados e CEIS – Consulta Empresas Inidôneas Suspensas.
- 5.2. Para **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** é exigido a comprovação de notória especialização, experiência e a qualificação compatível para execução dos serviços descritos neste TR, assim como comprovação de qualificação técnica da equipe compatível com o objeto da pretensa contratação, conforme abaixo:
- 5.2.1. Exige-se a comprovação de especialidade no tema, a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a **EMPRESA** já realizou serviços semelhantes de assessoria para patrocinadora ou entidade fechada de previdência complementar.

5.2.2. A **EMPRESA** deverá comprovar registro como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária - Prestador de Serviços Atuariais (CIBA) junto ao Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, mediante a apresentação da Declaração de Regularidade válida na data do certame;

5.2.3. A **EQUIPE TÉCNICA** que prestará os serviços descritos deverá contar, no mínimo, com dois (02) atuários, com formação superior em Ciências Atuariais, devidamente registrado no

Instituto Brasileiro de Atuário IBA;

5.2.3.1. O **ATUÁRIO LEGALMENTE RESPONSÁVEL** deverá comprovar, para qualificação técnica no certame, ser do quadro permanente da consultora, na data da entrega da proposta e possuir experiência mínima de 03 (três) anos, e também deverá comprovar registro como Membro do Instituto Brasileiro de Atuária (MIBA), junto ao Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, mediante a apresentação da Declaração de Regularidade, válida na data do certame;

5.3. Certificado de Regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade - CRC, dos responsáveis técnicos com poderes para emitir e assinar toda documentação e relatórios afins.

5.4. Servirão de comprovação, no que tange à experiência profissional:

5.4.1. Em caso de vínculo empregatício em cargo ou função atuarial: a apresentação de cópia simples da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (folha de identificação e as de registro de emprego com o cargo e outros relevantes), ou declaração firmada pela empresa, em papel timbrado original, constando detalhadamente, o segmento específico da atividade exercida e o respectivo tempo de atuação do funcionário;

5.4.2. Em caso de vínculo societário: a apresentação de cópia simples do último contrato social em que o MIBA é citado, juntamente com uma declaração firmada pela empresa, em papel timbrado original, constando a Atividade realizada pelo atuário legalmente responsável;

5.4.3. A declaração poderá ser firmada pela área de recursos humanos ou pelo responsável pelo departamento atuarial informando o respectivo MIBA, desde que não seja o atuário legalmente responsável;

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

6.1. A **CONTRATADA** deverá emitir e fornecer os serviços mediante apresentação de relatórios e pareceres, contendo sua opinião quanto à avaliação efetuada, que subsidiará a Diretoria Executiva para posterior análise e aprovação do Conselho de Administração da **CBTU**.

6.2. Os relatórios, laudos e pareceres deverão ser encaminhados em versão digital via e-mail para **governanca@cbtu.gov.br**, e ser apresentados obrigatoriamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, prestando os esclarecimentos e informações necessárias, objetivando a compreensão e o entendimento quanto ao trabalho realizado.

6.3. As apresentações deverão ocorrer na **CBTU** Brasília com a participação obrigatória do responsável técnico e as despesas de deslocamento de viagem (diária, hospedagem, passagens etc.) serão de total responsabilidade da **CONTRATADA**.

6.4. As manifestações, pareceres, análises e relatórios deverão ser entregues 30 (trinta) dias antes dos prazos legais, quando houver, conforme o cronograma modelo em anexo.

6.5. Anteriormente à emissão dos relatórios e pareceres, a **CONTRATADA** deverá encaminhar as minutas correspondentes para avaliação e discussão das informações com a Diretoria Executiva da **CBTU**.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A **CONTRATADA** será remunerada conforme previsto no CRONOGRAMA FÍSICOFINANCEIRO do contrato.

7.2. Estão incluídos nos valores dos serviços todas as apresentações e esclarecimentos que forem solicitados pelos colegiados da **CBTU**.

7.3. Os custos atinentes aos eventuais deslocamentos, por solicitação da **CBTU** ficarão as expensas da **CONTRATADA**.

7.4. A Diretoria de Administração de Finanças possui a atribuição de controlar, assistir e acompanhar a execução dos serviços manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução e eventuais alterações do contrato;

7.5. A instituição e atuação do acompanhamento do serviço objeto do contrato não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter controle próprio.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pela representante da **CBTU** à custa da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Após a assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá, em até 05 (cinco) dias úteis, informar à **CBTU** os nomes e números das inscrições nas instituições de classe competentes dos profissionais que executarão as tarefas pertinentes ao presente Termo de Referência.

8.2. Recrutar em seu nome e sob sua exclusiva e inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos e arcar com todos os encargos previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência da sua condição de empregadora. A empresa deve responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

8.3. Apresentar o "curriculum vitae" dos profissionais que prestarão serviço.

8.4. Os profissionais especializados em investimentos que irão compor a equipe de trabalho, deverão estar habilitados em suas respectivas especializações e com certificação válida e em conformidade Portaria Previc nº 560/2019 ou norma que vier a lhe substituir.

8.5. Os respectivos certificados válidos deverão ser enviados para **CBTU** em até 02 (dois) dias úteis após o início da vigência do Contrato

8.6. O Atuário e os profissionais especializados em investimentos que irão compor a equipe de trabalho deverão assinar os relatórios finais e conclusivos, bem como os pareceres emitidos pela empresa.

8.7. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais,

além de fornecer os materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, na qualidade e quantidade suficientes ao atendimento do objeto presente.

8.8. Os serviços serão prestados diretamente pela **CONTRATADA**, vedada a cessão, a transferência, ou a subcontratação total ou parcial.

8.9. Responsabilizar-se por refazer total ou parcial, na hipótese de se constatar problemas na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas.

8.10. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.11. Apresentar Plano de trabalho dos serviços, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da reunião preliminar.

8.12. Analisar e compreender as normas que orientam o setor de previdência complementar com habilidade e diligência.

8.13. Monitorar eventuais alterações das normas ocorridas durante o período de vigência do Contrato e sua aplicação.

8.14. Entregar os relatórios no padrão exigido pelos órgãos de controle, em formato digital com identificação e autenticação da **CONTRATADA** enviada por e-mail.

8.15. Disponibilizar material e equipamentos adequados ao desenvolvimento das atividades.

8.16. Documentar adequadamente trabalho realizado, devendo conter, no mínimo:

- a) Objetivo do papel de trabalho;
- b) Fonte das informações;
- c) Procedimentos executados;
- d) Conclusão.

8.17. Atender prontamente às demandas formalizadas pelo gestor e fiscal do contrato, por telefone, e-mail, ou em reuniões presenciais, no que couber, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações que se fizerem necessárias em até 05 dias úteis.

8.18. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela gestão do contrato.

8.19. Manter sigilo sobre os dados e informações obtidas e necessárias ao presente trabalho, que não sejam públicas, abstendo-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades executadas.

8.20. Respeitar o Código de Conduta e Integridade da CBTU disponível no site da empresa.

8.21. Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços **CONTRATADA**.

8.22. Designar um preposto responsável pela execução dos serviços, que será a pessoa de contato entre a CONTRATADA e a CBTU em até 5 (cinco) dias corridos, após a assinatura do Contrato.

8.23. Fornecer a CBTU, sempre que solicitados, e em tempo hábil, todos os esclarecimentos e informações necessários relacionados às atividades desenvolvidas por força do serviço contratado.

9. OBRIGAÇÕES DA CBTU

9.1. Fornecer os dados, informações e documentos necessários para a execução do serviço contratado, interagindo com a entidade no que for necessário.

9.2. Disponibilizar à **CONTRATADA** todos os documentos solicitados, necessários à execução do serviço, que serão fornecidas prioritariamente em meio digital (formato txt, xls e pdf).

9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, mantendo o sigilo recíproco.

9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações.

9.5. Atestar a nota fiscal/fatura correspondente, após realizar conferência das características dos serviços.

9.6. Efetuar o pagamento devido nas condições contratuais pactuadas, após conclusão do serviço e validação com aceite da gestão e fiscalização do contrato, de acordo com o disposto no item 10.

9.7. Gerenciar e fiscalizar a regularidade da prestação dos serviços, valendo-se para tanto, de sua própria estrutura administrativa, competindo-lhe, notadamente, decidir sobre todas as questões surgidas durante a execução do contrato.

10. CONFIDENCIALIDADE E AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

10.1. Considerando a natureza do objeto do contrato, as partes se comprometem, no momento da contratação, que sua equipe técnica, sócios, diretores e outras pessoas envolvidas na execução dos serviços que constituem o objeto do presente Termo de Referência, irão garantir o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pela **CBTU**, assumindo as obrigações citadas abaixo:

- a) não divulgar quaisquer informações aos serviços prestados a terceiros, nem facilitar a divulgação;
- b) não utilizar a documentação associada com os trabalhos para fins não aprovados por escrito pelas partes – **CBTU** e **CONTRATADA**;
- c) não haver qualquer tipo de conflito de interesses, assim como declarar inexistência de fatos impeditivos nos termos da legislação vigente.

10.2. Para evitar conflito de interesses, não será permitida a contratação de empresa com gestores, administradores ou membros da equipe técnica que prestaram ou prestam consultoria, exerceram ou exercem atividades afins junto à Entidade REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social e/ou forem beneficiários de Planos de benefícios pós-emprego concedidos pela **CBTU**, no período de 2018-2022.

10.3. Deverão apresentar declaração, em papel timbrado, assinado pelo diretor da empresa ou responsável técnico, contendo a identificação e CPF ou assinatura eletrônica, afirmando que a empresa NÃO prestou serviços de consultoria/auditoria atuarial à REFER e ao BBB PREVIDÊNCIA nos últimos 5 (cinco) anos.

11. Prazo, Cronograma de Execução e Forma de Pagamento:

11.1. O prazo da contratação será 30 meses contados a partir da assinatura do contrato.

11.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art.71, da Lei 13.303/2016 e do art.233 do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos e autorizado formalmente pela autoridade competente.

11.3. Os serviços/ produtos serão pagos em até 30 dias após a apresentação da fatura e aprovação do gestor do contrato. O faturamento dos serviços será autorizado após a entrega do produto em formato digital, com a aprovação do gestor e fiscal do contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os documentos de cobrança enviados à CBTU pela CONTRATADA deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

11.4. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

11.5. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

11.6. A CONTRATADA receberá o pagamento conforme o seguinte **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO				
Etapa	Percentual de Pagamento-quando da aprovação do gestor do contrato	Descrição da Atividade	Prazos para as entregas das atividades	
			Início	Fim
Primeira	5%	Plano de Trabalho para entrega do produto 1 e produto 2	Primeiro dia útil após a data em que ocorrer a reunião preliminar.	Em até 15 (cinco) dias úteis da reunião preliminar

Segunda	7,5%	Minuta do parecer sobre os aspectos jurídicos, técnico-atuariais, contábeis e financeiros do Termo de Transferência do Gerenciamento do Plano da CBTU para a BB Previdência - Produto 1	Primeiro dia útil após a apresentação da garantia de execução	Em até 30 dias a contar da apresentação da garantia do contrato
Terceira	15%	Parecer sobre os aspectos jurídicos, técnico-atuariais, contábeis e financeiros do Termo de Transferência do Gerenciamento do Plano da CBTU para a BB Previdência.- Produto 1	Primeiro dia útil após a aprovação pela CBTU da Minuta do Parecer (etapa segunda)	Em até 60 dias da assinatura do contrato
Quarta	7,5%	Minuta do parecer técnico para subsidiar a CONTRATANTE na elaboração e no envio do relatório de gestão do patrocínio referente ao exercício de 2016 a 2022	Primeiro dia útil após a apresentação da Garantia de Execução	Em até 90 dias a contar da assinatura do contrato
Quinta	12,5%	Parecer técnico para subsidiar a CONTRATANTE na elaboração e no envio dos relatórios de gestão do patrocínio referente aos exercícios de 2016 a 2022	Primeiro dia útil após a aprovação pela CBTU da Minuta do Parecer (etapa quarta)	Em até 120 dias a contar da assinatura do contrato
Sexta	7,5%	Minuta do parecer técnico para subsidiar a CONTRATANTE na elaboração e no envio do relatório de gestão do patrocínio referente ao exercício de 2023	Primeiro dia útil após a apresentação da Garantia de Execução	Em até 180 dias a contar da assinatura do contrato

Sétima	10%	Parecer técnico anual para subsidiar a CONTRATANTE na elaboração e no envio do relatório de gestão do patrocínio referente ao exercício de 2023.	Primeiro dia útil após a aprovação pela CBTU da Minuta do Parecer (etapa sexta)	Até 240 dias da assinatura do contrato
Oitava	7,5%	Minuta do parecer técnico para subsidiar a CONTRATANTE na elaboração e no envio do relatório de gestão do patrocínio referente ao exercício de 2024	Primeiro dia útil após a apresentação da Garantia de Execução	Em até 480 dias a contar da assinatura do contrato
Nona	10%	Parecer técnico anual para subsidiar a CONTRATANTE na elaboração e no envio do relatório de gestão do patrocínio referente ao exercício de 2024.	Primeiro dia útil após a aprovação pela CBTU da Minuta do Parecer (etapa oitava)	Até 570 dias a contar da data da assinatura do contrato
Décima	7,5%	Minuta do parecer técnico para subsidiar a CONTRATANTE na elaboração e no envio do relatório de gestão do patrocínio referente ao exercício de 2025	Primeiro dia útil após a apresentação da Garantia de Execução	Em até 810 dias a contar da assinatura do contrato
Décima primeira	10%	Parecer técnico anual para subsidiar a CONTRATANTE na elaboração e no envio do relatório de gestão do patrocínio referente ao exercício de 2025.	Primeiro dia útil após a aprovação pela CBTU da Minuta do Parecer (etapa décima)	Em até 900 dias a contar da assinatura do contrato

12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CBTU**.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento dos serviços será efetuado a cada etapa atendida, de acordo os percentuais e prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro do contrato.

14. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTOS E ACEITAÇÃO DO PRODUTO

14.1. A empresa contratada obriga-se a entregar, como resultado dos seus trabalhos, os seguintes produtos:

- a) Planos de Trabalho e Cronograma;
- b) Relatórios em versões Preliminares (minutas);
- c) Relatórios consolidados

14.2. Na emissão da versão preliminar do produto (minutas), ou sempre que convidada, a contratada obriga-se a realizar apresentação ou participar de reuniões com a patrocinadora CBTU.

14.3. Durante a execução dos trabalhos, os pedidos de documentos e informações deverão ser formalizados ao Fundo de Pensão, com cópia para o Fiscal do contrato designado pela CBTU

14.4. Os produtos deverão ser entregues em versão final escrita e/ou digital.

14.5. Todos os prazos se iniciam com a data de assinatura do contrato.

14.6. O plano de trabalho e o cronograma que será discutido na reunião preliminar a ser agendada pela CBTU no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato, devendo ser definido de acordo com as disposições deste TR.

14.7. Espera-se que, com a entrega dos produtos, a Diretoria Executiva da CBTU seja capaz de emitir manifestação quanto ao Processo de Transferência do Plano patrocinado e quanto aos itens definidos na Resolução da CGPAR nº 09/2016, atendendo ao objetivo da CBTU, como Patrocinadora.

15. DA PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, contendo:

- a) Todas as etapas previstas de acordo com o Anexo I – Proposta de Preços deste TR.
- b) Validade da proposta de, no mínimo, 60 dias.
- c) Declaração de que, nos preços cotados, estão incluídos, o lucro, o ISS e, todos os custos necessários que venham incidir à perfeita execução do objeto deste TR, inclusive despesas com fretes, transportes, embalagens, taxas, impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, inclusive o ISS, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e financeiras de qualquer natureza, e quaisquer seguros incidentes ou que venham a incidir à prestação de serviços.
- d) A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

16.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

16.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

16.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

16.1.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura completa do contrato.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Dotação Orçamentária para as despesas decorrentes da contratação correrá por conta do Plano de Ação da **CBTU**.

18. SIGILO

A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

19. REAJUSTE

19.1. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

19.2. Se à época do reajuste não houver possibilidade de obtenção do índice relativo ao mês deste reajuste, este deverá ser calculado provisoriamente acrescentando-se ao último índice conhecido, à última variação conhecida, obtendo-se assim o índice provisório do mês de reajuste.

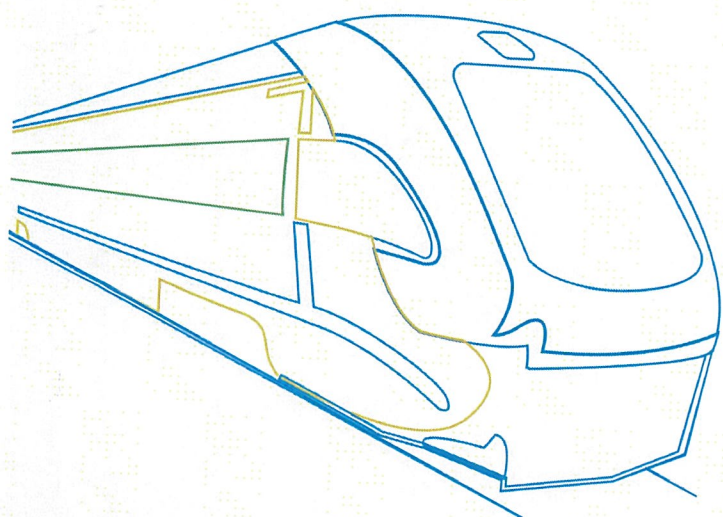
19.3. Como a maioria dos índices econômicos mensais são conhecidos até o dia 15 do mês subsequente à sua aprovação, a contratada deverá apresentar os documentos de acerto da diferença de reajuste no prazo de até 10 (dez) dias após a divulgação oficial dos índices e serão adotados os seguintes procedimentos:

19.3.1. No caso de a diferença ser a favor da contratada, a data de pagamento do correspondente acerto fica prorrogada na mesma proporção dos dias que ultrapassarem os 10 (dez) dias citados, sem incidência de qualquer ônus para a **CBTU**; **19.3.2.** No caso de a diferença ser a favor da **CBTU**, esta deduzirá o valor correspondente à diferença de índices da próxima cobrança apresentada.

19.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

COTAÇÃO DE PREÇOS



À
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

Estamos encaminhando a nossa cotação de preços para prestação de serviços de assessoramento atuarial, econômico e contábil-financeiro, em atendimento a sua solicitação.

Item	Objeto	Valor Global
1	Assessoramento atuarial, econômico e contábil-financeiro aos órgãos estatutários e demais autoridades administrativas da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU no processo de transferência de gestão do plano de benefícios, oferecido aos empregados da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, para outra entidade fechada de previdência complementar (EFPC) – BB PREVIDÊNCIA.	R\$ 280.000,00
2	Serviços de consultoria atuarial do plano de previdência complementar, oferecido aos empregados da CBTU e administrado por entidade fechada de Previdência complementar (EFPC), para atender às disposições previstas pela Resolução CGPAR n. 38, de 04/08/2022 ; pela Portaria SEST/SEDDM/ ME n.11.222, de 29/12/2022; pela Resolução CGPAR n. 37, de 04/08/2022 e por eventuais alterações na legislação vigente.	


VALIDADE DA COTAÇÃO: 90 (noventa) dias

VALOR GLOBAL, POR EXTENSO: R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)

Neste valor já estão inclusos todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fundiários, contribuições, impostos, salários, transporte, alimentação, hospedagem, Imposto de Renda sobre lucro, Imposto sobre faturamento, Lucro Líquido, Repouso Remunerado e outros determinados por lei, de responsabilidade do Proponente e necessários à perfeita execução do projeto.

Porto Alegre, 29 de maio de 2024.

Atenciosamente,


Giancarlo Giacomini Germany
Diretor Executivo